



**INTEP-MT**

FILIADO A **CUT** E A **CNTE**  
Livre, democrático e de luta!

Jornal Sintep-MT - Edição - Novembro de 2016

## Educação em Alerta

**A força do sexo frágil  
contra a violência**

pág 4

**PEC 55/16 (ex PEC 241)  
= PEC DA MORTE**

pág 03

# RESISTIR A ÚNICA OPÇÃO!

**Governo vende a  
Educação Pública**

pág 7



## A Luta é Política, Sim.

A disputa não é de partidos políticos, mais sim de projetos. A sociedade terá que se posicionar o que quer para o futuro. Uma população composta por mais de 90% de trabalhadores, pois quem vive de salário é a classe trabalhadora, terá que se posicionar frente aos interesses dos grandes empresários, do agronegócio, e dos exploradores individuais de riquezas coletivas, da terra, do petróleo.

Essa luta que está sendo travada contra a PEC 55/16 (ex-241/16), atualmente em tramitação no Senado Federal, é contra um Projeto de Emenda Constitucional, ou seja, se aprovada passa a integrar a Constituição

Federal acima de qualquer outra lei estadual e municipal. É certo que um projeto dessa magnitude não deixará Mato Grosso e seus municípios ilesos.



**Henrique Lopes do Nascimento**  
Presidente do Sintep/MT

Derrotar a perda de direitos é uma questão nacional, de todos os brasileiros e brasileiras. E mais, para além da PEC 55, é preciso desconstruirmos todas as demais medidas e Projetos de Leis que estão sendo impostos para arrochar a classe trabalhadora, das quais todos os profissionais da Educação fazem parte. Isso independe de posição político partidária.

A PEC 55 é a ponta de um iceberg, que tem na sua base um conjunto de medida (PLP 257/16, PL 4567/16, MP 746/16 – reforma do Ensino Médio com viés privatista da Educação, Lei da Terceirização, Lei da Reforma da Previdência) que intensificarão as desigualdades sociais e implementarão o conceito moderno de vassalagem. Assim como na Idade Média, o que teremos é o aumento de carga de trabalho e tributos para os mais pobres, e com isto o aumento dos recursos dos mais ricos.

Esta medidas que tentam aniquilar inclusive direitos sociais já consagrados na Constituição Cidadã de 1988, de liberdade e igualdade social. Ao coibir o debate de gênero, questões políticas e étnico raciais nas escolas, por meio da Lei Escola sem Partido - conhecida como Lei da Mordaça, e da Reforma do Ensino Médio, fortalece-se a desigualdade social, incentiva-se a violência contra a mulher, contra a população LGBT e contra a população negra. É preciso que as datas e mobilizações como o Dia da Consciência Negra, Dia da Mulher ou a Parada da Diversidade, sejam mais do que um dia em destaque nos calendários. É necessário garantirmos estas conquistas que foram incluídas nos anuários.

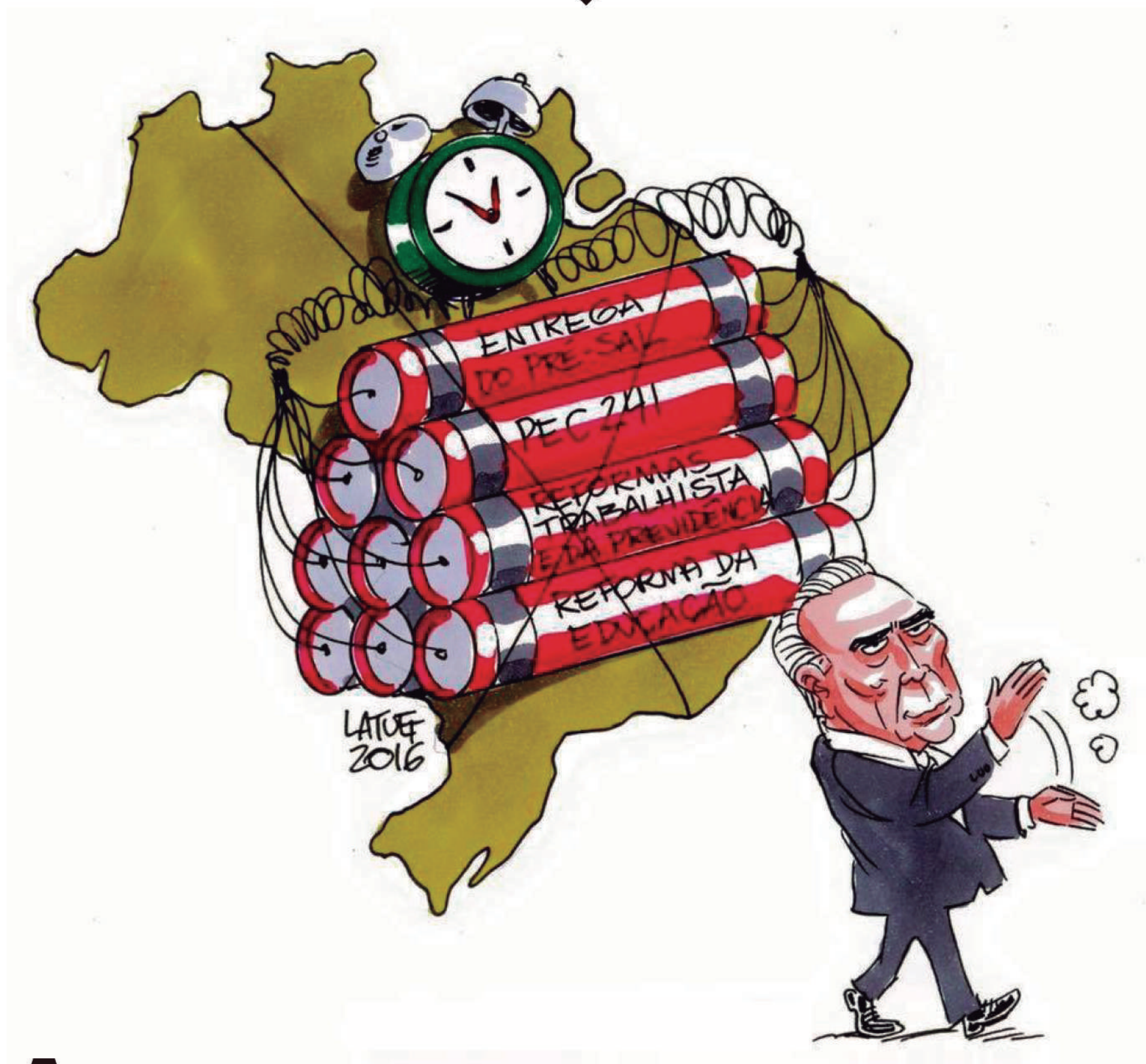
A questão é política e em política é preciso ter um lado e o nosso lado é daqueles/as que lutam pelos direitos da classe trabalhadora e da população em geral. Por nenhum direito a menos. "Abaixo, o Golpe! Viva a Deocracia"

## Sintep/MT avalia portarias e resoluções de Atribuição de classe e/ou aula

A Seduc já divulgou as Portarias e Normativas da Atribuição de Classes e/ou Aula de 2017, contudo o Sintep/MT não foi ouvido. A não participação do sindicato na construção desses documentos apresentaram inúmeros pontos questionáveis que integrarão as discussões do Conselho de Representantes de novembro. Durante as plenárias e trabalhos de grupo serão debatidos e destacados pontos polêmicos que serão encaminhados à Secretaria Estadual de Educação como reivindicação dos direitos da categoria e dos estudantes.



# PEC 55/2016 E O DESMONTE DAS POLÍTICAS EDUCACIONAIS



**A** aprovação da PEC 55 (ex-PEC 241) anuncia o desmonte da Educação Pública no país, e com fortes impactos em Mato Grosso. De pronto ela sinaliza para a quebra das conquistas asseguradas pela Lei de Carreira dos Profissionais da Educação (050/98), e fragiliza as conquistas como Concurso Público, progressão profissional, piso salarial único para os profissionais da educação. Ameaça de forma prematura a recente conquista da Lei 510/13, que garante a Dobra o Poder de Compra dos Salários para os trabalhadores/as da Educação, até 2023.

Encaminhada como um Projeto de Emenda Constitucional (PEC) a lei se torna soberana as demais e dará a sustentação necessária para que os governos, em especial o de Mato Grosso, justifiquem o não cumprimento do que está hoje assegurado na Constituição Estadual e nas Leis Complementares que tratam, principalmente, de investimentos.

O congelamento proposto pela PEC 55 anunciado como 'contenção' de gastos públicos com objetivo de equilibrar as

contas dos governos é visto como mentiroso. "Ela retrocede as conquistas de investimentos sociais em Saúde e Educação", cita o secretário de comunicação do Sintep/MT, Gilmar Soares. Ele faz referência a retirada de recursos para ambas as áreas com aprovação encaminhada da PL 4567/16 (privatização do Pré-Sal) e o desmonte do Plano Nacional de Educação (PNE), que deixará de implementar 4% do percentual do PIB para a Educação nos próximos 10 anos.

Para Soares, a narrativa oficial desvia o foco do real problema. "Recursos existem, mas o Estado não assegura a arrecadação de quem deveria pagar imposto. Por tanto não vai ter mais dinheiro, pois não tem como tirar da população que vai sofrer com o desemprego. O trabalhador já paga muito imposto. No Brasil não se fala na taxaço das grandes fortunas, taxaço do lucro, da grande propriedade, do imposto rural. Quem deveria pagar imposto no Brasil não paga". Com isso, a PEC 55 resultará na precarização dos serviços público pela falta de pessoal e equipamentos, abrindo oportunidade para a Terceirização (Projeto de Lei nº 4.330/06), tornando precários os serviços públicos para quem mais precisa deles.

## Mapa da Violência

### Homicídio de mulheres negras

Aumentaram 54% em 10 anos 1.864, em 2003, para 2.875, em 2013.

### Bater em mulher é errado

91% dos homens dizem considerar que “bater em mulher é errado em qualquer situação”.

### Dentro de casa

Para 70% da população, violência contra a mulher é maior dentro de casa

### Sofreram violência

3 em cada 5 mulheres jovens já sofreram violência em relacionamentos

Dados Agência Patrícia Galvão



## CAMPANHA MUNDO CONTRA

A partir do dia 20 de novembro – Dia da Consciência Negra – Mato Grosso, o Brasil e outros 150 países do mundo realiza a “Campanha Mundial dos 16 Dias de Ativismo Pelo Fim da Violência contra as Mulheres”. Uma mobilização que culminará no dia 10 de dezembro, Dia Internacional dos Direitos Humanos. A manifestação visa promover o debate e denunciar as várias formas de violência contra as mulheres no mundo. No Brasil mesmo com a conquista da Lei Maria da Penha, a violência contra as mulheres atinge níveis alarmantes com a estimativa (\*IPEA) de 527 mil tentativas e ou casos consumados de estupros, em 2015.

No Brasil infelizmente os registros são de números noticiados pela imprensa como se as notificações fossem



## O CURRÍCULO ESCOLAR COMO INSTRUMENTO DE LUTA FRENTE AS DESIGUALDADES

A palestrante Ozerina Oliveira assegurou que o conteúdo curricular carrega a política de educação que formará os significados do conhecimento. “Não existe conhecimento neutro. Todo e qualquer conhecimento carrega uma identificação, um posicionamento frente as questões sociais, culturais”, disse ele. A professora citou ainda a ineficiência da proposta da Escola sem Partido, de uma escola sem ideologia. “Todos tomam algum partido”, assegurou.

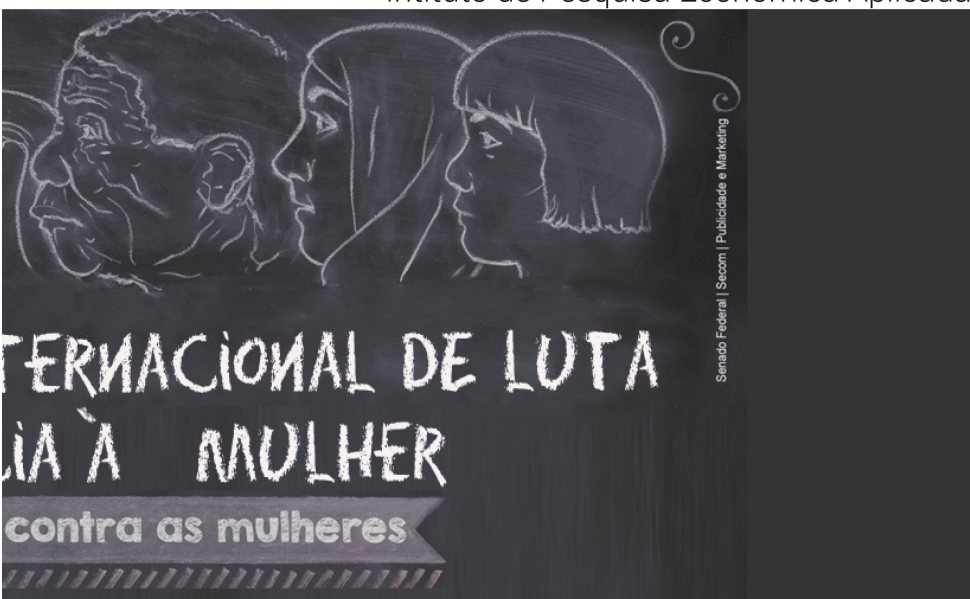
## ESCOLA É O ESPAÇO DESENVOLVER A LEITURA DO MUNDO

Se a escola é o espaço para aprender a ler e os professores são os responsáveis por incentivarem os estudantes à compreensão dessas leituras, o que significa proibir discussões sobre questões étnico raciais, sexismo, gênero e sexualidade? Essa diversidade compõe a humanidade e a escola é um espaço multicultural, privilegiado por excelência para o reconhecimento das diferenças. O questionamento, que embute a analogia do pensamento de Paulo Freire, permeou o debate da professora doutora UFMT, Cândida Soares da Costa, ao explicar no XVI Congresso Estadual do Sintep, em outubro, na mesa de interesse sobre o tema Diversidade.

A questão, recorrente nos debates da educação, portanto de interesse do Sintep, integra inclusive a agenda de Seminários anuais da entidade, geralmente no mês de novembro. Este ano, antecipada na discussão ampliada durante o Congresso da categoria que, além da professora Cândida, trouxe também a professora doutora da UFMT, Ozerina Victor de Oliveira, e a deputada federal pelo Distrito Federal, Érika Jucá Kokay.

Cândida tratou sobre o preconceito étnico racial, com base nos índices da violência no Brasil. Apontou que dos assassinatos cometidos no país 75% correspondem a morte de jovens negros. Citou ainda a intolerância e a homofobia, que tem matado inúmeros indivíduos LGBTQs e violentado mulheres na sociedade. Fatos que devem ser contextualizados na escola por se tratar de questões sociais. “É função da escola fazer o debate para alterar a realidade das mazelas sociais”, disse.

A professora reforçou a importância de se construir uma matriz curricular com reconhecimento das diferenças entre elas da população negra e indígena. O debate é necessário, “é um ato político pois implica na tomada de posição frente as ideologias que estão sendo postas, contra a discussões de raça, gênero e outras”, disse.



## MOBILIZA O AO FEMINICÍDIO

casos pontuais e não integrassem a cultura do feminicídio. Deriva-se daí, os 30 homens que estupraram uma jovem no Rio de Janeiro, os quatro casos de vítimas no Piauí, com os corpos atirados em um penhasco, as Eloás que rendem imagens durante dias na mídia, mas escondem os cerca de 5 estupros por hora no país.

Os 16 Dias de Ativismo acontecem desde 1991, motivados pelo Centro de Liderança Global de Mulheres (CWGL). A data é uma referência às irmãs Pátria, Minerva e Maria Teresa, que se posicionaram contrárias ao ditador Trujillo, na República Dominicana, e foram assassinadas em 1960. Ficaram conhecidas como “Las Mariposas”.

Ozerina esclarece que a disputa ideológica é construída e sustentada pelo domínio econômico, que naturaliza práticas culturais e sociais para manter a desigualdade. O processo cultural é tão intenso que mesmo o trabalhador – todos aqueles que dependem de salários mensais para sobreviver –, reproduz os valores da elite. “É comum vermos desempregados e pessoas que se beneficiam do Fies, do Bolsa Família se identificando com o Bolsonaro, por exemplo. Não se reconhecem como classe trabalhadora”, diz.

A desigualdade opera em outros elementos, que não a natureza do trabalho, e são mantidos pelo discurso. “É o discurso que captura as pessoas”, argumenta a palestrante. Por que os que frequentam a escola pública se identificam com os mesmos significados de empresários?

As relações desiguais para além do econômico, estão relacionadas com questões simbólicas, com a construção de significados na esfera cultural, por exemplo, com o domínio do homem sobre a mulher, do hétero pelo não hétero, do branco sobre o negro, passa por estes outros âmbitos de poder. Diante desse fato, questiona: como está construído o discurso na escola, nas relações de trabalho, como é feito em casa, na nossa família? É o discurso que regula as diferenças entre os sistema de posição e estratificação social”, argumentou.

### Serviços de Atendimento à Mulher

O Brasil com mais de 5.550 municípios possui apenas 497 delegacias especializadas de atendimento à mulher e 160 núcleos especializados dentro de distritos policiais comuns; 235 centros de referência especializados (atenção social, psicológica e orientação jurídica); 72 casas abrigo; 91 juizados/varas especializadas em violência doméstica; 59 núcleos especializados da Defensoria Pública; 9 núcleos especializados do Ministério Público.

Fonte: Secretaria de Políticas para as Mulheres

### A DISPUTA CONTRA A OPRESSÃO TEM QUE SER FEITA NA ESCOLA

“É uma ingenuidade pensarmos que a elite vai construir uma educação que nos dê consciência da opressão”. A partir dessa ideia a deputada federal Érica Jucá Kokay, constrói os argumentos para sua defesa de que a desigualdade opressora imposta pelo poder é microfísica. Ela se internaliza nas práticas diárias se reproduz e se naturaliza. Conforme ela, a opressão se efetiva por meio dos chamados aparelhos ideológicos do estado, que tem na mídia o seu mais forte instrumento, mas usa também a escola, quando esta não tem o compromisso com a transformação.

Diante da reprodução de conceitos para a população, a mídia mantém a sociedade individualizada, em que as dores e as conquistas devem ser de cada um (meritocracia). Conforme ela, o Brasil registra 20 milhões de estupros em mulheres, mas não aparece como feminicídio. Não há um genocídio da população jovem negra, o que existe são bandidos. Há poucas mulheres em alto escalões por que elas são incompetentes. São conceitos que sustentam o preconceito e a desigualdade. “Desconstroem a autoestima feminina implantando a ideia de culpa, um instrumento de domínio impregnado de fundamentalismo. Homem pode, mulher não, ou é branco ou preto, é dia ou noite, como se o alvorecer e o entardecer não existissem”, cita ela.

Segundo ela, um fundamentalismo que impregna a política nacional por meio das bancadas BBB (Bala, Boi e Bíblia). “Estão tentando impregnar pela narrativa, e a disputa desse discurso deve ser feito na escola. Um espaço em defesa do direito de ser. A escola é transformadora. E precisamos fazer esse diálogo nesse que é o espaço mais generoso para a população. A Educação é a política que mais dialoga com todas as outras e ela não passará incólume ao Golpe”.

# MP DO ENSINO MÉDIO ANIQUILA A FORMAÇÃO CRÍTICA E INTEGRAL

A Medida Provisória 746, que reformula o Ensino Médio (MP 746), é mais uma das ações do governo que assombra profissionais da educação e estudantes. Após decisão impositiva, a medida mobilizará toda a vida escolar e o projeto de sociedade que buscava uma formação crítica e integral para os jovens e adolescentes. Diante de mais essa tentativa de retirar direitos os/as estudantes ocupam escolas mostrando a contrariedade a decisão unilateral.

A MP 746 traz a falácia de tornar atrativo o ensino com alterações na grade curricular que tornam o aprendizado tecnicista, voltado para reprodução de mão de obra para o mercado empresarial, com a priorização das disciplinas de Matemática e Português em detrimento da Sociologia e Filosofia. E mais, arregimentará profissionais não nas universidades que oferecem formação específica, mas abre a possibilidade de contratos de pessoas de "notório saber". "Isso significa colocar um prático para extrair dentes no lugar de um dentista", esclarece o presidente do Sintep/MT, Henrique Lopes do Nascimento.

Usando o discurso defendido pelos profissionais da educação, a Medida aponta a proposta de ampliação da carga horária, passando de 800 horas/aula para 1.400 horas/aula, mas não esclarece a forma que esse horário extra será utilizado e nem qual o tipo de flexibilização que promete. O Sintep acredita que essa MP é dar mais do mesmo, como já acontece com o Pronatec, do sistema S, que é preparação mão de obra para as empresas. "Essa não é a educação integral e de tempo integral defendida pelos educadores é a concepção de ensino que favorece a iniciativa privada", acrescenta o secretário de comunicação do Sintep/MT, Gilmar Soares.



## PRESENTE DE GREGO PARA OS/AS FUNCIONÁRIOS/AS PÚBLICOS



O Supremo Tribunal Federal (STF) divulgou em outubro, após dez anos em tramitação, uma decisão que ameaça os servidores públicos com corte salarial em caso de greve. A notícia que é uma resposta a um processo que

tramitava no judiciário há dez anos, sobre uma situação específica, servirá a partir de sua publicação de instrumento para coibir a manifestação por direitos dos/as trabalhadores/as dos serviços público.

Para o presidente do Sintep/MT, Henrique Lopes do Nascimento, a decisão, se aplicada pelos governos, repercutirá numa disputa judicial, já que o STF determina a nulidade da suspensão dos salários caso a greve seja motivada por um ato ilícito do Poder Público. "Desconheço qualquer greve que tenhamos feito na educação que não fosse para discutir o cumprimento da lei", diz o presidente.

A execução de corte de pontos ou de salário para os sindicalistas faz parte da disputa entre governos e classe trabalhadora em momentos de greve, principalmente quando o judiciário definia a ilegalidade da greve. O secretário de comunicação do Sintep/MT, Gilmar Soares, lembra a recente situação vivenciada no Rio de Janeiro, em que o próprio STF reverteu a decisão e mandou pagar os salários dos servidores.

"O que chama a atenção para essa decisão no atual cenário político é uma intervenção do Judiciário. É uma espécie de lavar as mãos diante da situação que levará a classe trabalhadora ao reivindicar direitos, o favorecer de governos e empresários", conclui Soares.



# A MERCANTILIZAÇÃO DO ENSINO PÚBLICO

O processo de mercantilização da Educação está instalado em toda a América Latina, da Educação Básica ao Ensino Superior. Com o discurso de solucionar as mazelas da Educação Básica Pública Gratuita, definida por investimento insuficiente, tende a se agravar com a PEC 241/2016, PLP 257/2016, MP 746, Escola sem Partido.

Em Mato Grosso é evidente a infiltração da terceirização nas redes públicas municipais. Em Sorriso e Lucas do Rio Verde ela se dá nos serviços de infraestrutura e alimentação escolar, assim como em Campo Verde, Primavera do Leste, Canarana e Lambari do Oeste. Nos anos de 2009, 2010 e 2012, Ipiranga do Norte registrou a terceirização na contratação de professores.

O processo de mercantilização da escola pública está implantado muitas vezes de forma camuflada. A prática mais corriqueira tem sido o modelo apostilado, presentes em Pedra Preta e Conquista d'Oeste. Esse modelo de mercantilização vem travestido de facilidade para o estudante e professor, por apresentar o conteúdo pronto. "Os/as professores/as perdem a autonomia para planejar e conduzir as aulas. É um desrespeito a inteligência do profissional. Outro ponto que merece atenção é o currículo retratado no método apostilado, que significa a disputa de projeto de sociedade, que com certeza não é o mesmo defendido pela classe trabalhadora", afirma a secretária de Políticas Educacionais do Sintep/MT, Guelda Andrade.

Guelda e a diretora regional Edna Bernardo participaram da última etapa da pesquisa na CNTE, representando o Sintep/MT, um dos 19 sindicatos do país que colaboraram na

construção da pesquisa Brasileira sobre o tema – Mercantilização da Educação – proposta no Congresso da Internacional da Educação, na Costa Rica, em 2015.

## O sucesso da resistência

O coordenador da pesquisa na CNTE e secretário de Comunicação do Sintep/MT, Gilmar Soares, relata que as dezenove entidades responderam ao questionário elaborado pelos pesquisadores da Universidade de Brasília, que constataram que privatização é um fato na educação pública. Contudo, contrapondo a política mercadológica, alguns estados apresentaram avanços no quesito ampliação de matrículas públicas. É importante observar que a pesquisa compreende 'matrícula' como: ingresso, permanência e formação de qualidade ou sucesso educacional.

Segundo Guelda Andrade, a pesquisa evidenciou que alguns estados ampliaram o número de matrículas nas escolas públicas dando a diferentes estratégias. Em Mato Grosso, por exemplo, o enfrentamento, principalmente na rede estadual, é garantido com a força da Gestão Democrática por meio de instâncias como Fórum de Educação, CDCE's, processo de eleição de diretores e de Conferências realizadas com a sociedade civil. Em Roraima, o sucesso foi obtido pela ampliação das escolas indígenas, valorizando a cultura local dos povos; no Amazonas, dada a diversidade de territórios alagadiços e a distância entre os municípios, a ampliação das matrículas se deram a partir da implantação de teleaulas.

## Previdência de Temer

# A PENITÊNCIA DOS/AS TRABALHADORE/AS

O governo Michel Temer propõe a Reforma na Previdência Social e mais um golpe nos/as trabalhadores/as brasileiros/as em 2016. Desta vez o alvo será os 90 milhões de beneficiários além dos demais que estariam prestes a se aposentar após 25, 30 ou mais anos de trabalho. Ou seja, muda a regra do jogo com ele em andamento e sem consultar os envolvidos, a população brasileira.

Com a Reforma eleva o tempo de contribuição de mulheres e homens para 30 e 35 anos e passa a idade mínima da aposentadoria para 67 a 70 anos, sem distinção entre os gêneros. O objetivo, ao que parece, não será equilibrar as contas públicas, mas fazer com que boa parte dos beneficiários morram antes de desfrutar os recursos pagos ao longo da vida profissional.

Somado as já revoltantes alterações, a Reforma pretende também desvincular a aposentadoria do salário mínimo. Um impacto que mudará a vida de 62% dos aposentados que recebem esse valor para sobreviver. Uma renda sem a qual 70% dos idosos brasileiros estariam na mais absoluta miséria, segundo informações publicadas na cartilha da Previdência da Central Única dos Trabalhadores (CUT).

Para além de ser um dos melhores sistemas previdenciários do mundo, superando os da América Latina e Caribe, a Previdência Social é o programa social que melhor retribui os impostos e as contribuições para a população. Recursos que voltam para a sociedade em consumo e renda para todos (comércio, serviços e indústria). No entanto, para o governo Michel Temer há um gasto excessivo com a Previdência Social.

Na avaliação dos/as trabalhadores/as gastos são os impostos pagos pelo Governo que não revertem em benefício algum para a sociedade. Estão entre eles, os juros da dívida pública pagos aos bancos, R\$ 502 bilhões em 2015; desconto governamental de R\$ 100 bilhões, em impostos, para grandes empresários; e ainda, a Desvinculação de Receitas da União (DRU), que assegura 30% do orçamento para que o governo faça o que bem entender com o dinheiro. Recursos que deveriam estar na Educação, Saúde e Previdência.

O chamado rombo da Previdência é mentiroso, dados abaixo (gráfico) revelam que o sistema acumula inclusive excedentes em caixa. Se compararmos os valores entre receitas e despesas, se constata que sobram recursos. A Reforma é mais uma que terá graves impactos sociais, tanto para os/as trabalhadores/as da iniciativa privada, como para o setor público. Na educação representa o fim da aposentadoria especial, assim como altera o tempo de aposentadoria dos homens e mulheres do campo. Só não afetará as aposentadorias especiais dos deputados, senadores, desembargadores, nem tampouco dos governadores e presidentes.

**20**  
de novembro

## Dia da Consciência Negra

